

Eixo

Terapia Ocupacional em Educação

Oficinas de atividades com jovens na escola: debate sobre os marcadores sociais da diferença

Janira Neta dos Santos Silva

Andressa Leite Bertoldo

Iara Falleiros Braga

Os marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, raça/etnia, geração e classe social e a articulação destes diferentes pertencimentos sociais de um indivíduo vão delimitar os espaços de circulação e pertencimento, gerar desigualdades e legitimar violências. Entendendo que a escola é um espaço de disputa de poder que muitas vezes reproduz essas diferenças e desigualdades, mas que também tem potencial para transformações sociais, que um Projeto de Extensão Universitária do Curso de Terapia Ocupacional, realizou Oficinas de Atividades em uma escola pública com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental para se discutir os marcadores sociais da diferença - raça, intolerância religiosa, gênero e sexualidade e os processos de sofrimento e violência vivenciados a partir desses marcadores. As Oficinas proporcionaram discussões e reflexões acerca dos temas abordados e a conscientização em relação aos problemas enfrentados diariamente em nossa sociedade, inclusive dentro dessas instituições públicas. Além de promover um maior contato e convivência entre os próprios alunos e alunas, em um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas.

Palavras-Chave: Terapia Ocupacional Social; Educação; Diversidade; Cidadania

INTRODUÇÃO

O Brasil tem avançado, nas últimas décadas, na ampliação do acesso e no exercício dos direitos decorrentes da cidadania. No entanto, ainda existem imensos desafios, seja do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização das diversidades.

As discriminações de gênero, de classe social, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência lgbtfóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira, inclusive nas escolas (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009).

A escola é uma instituição que desde seus primórdios produz diferenças e desigualdades, legitimando a violência em seu interior, principalmente, contra aqueles que

possuem marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade, raça/etnia, geração e classe social (LOURO, 2014; BRAH, 2006).

A noção de marcadores sociais da diferença diz respeito à articulação dos diferentes pertencimentos sociais de um indivíduo e de como eles produzem lugares diferenciados socialmente a eles, dependendo de diversos níveis de participação na vida social.

Assim, inserem as diferenças num jogo complexo de hierarquias que, em alguns momentos, podem contribuir para a construção de desigualdades (VENCATO, 2014). Diante deste complexo campo, experiências nacionais e internacionais têm revelado a escola enquanto espaço de ação da terapia ocupacional.

Trata-se de um espaço em que terapeutas ocupacionais já desenvolvem práticas no interior da esfera social, no sentido da colaboração na construção da “escola pública” como espaço singular para a realização do acesso a bens sociais fundamentais, na perspectiva de uma escola democrática, universal e de qualidade, criadora de sentidos e projetos para a infância, adolescência e juventude (LOPES; BORBA; SILVA; MALFITANO, 2012).

Desta forma, compreendendo o papel da escola pública brasileira de ser agente potencializador da formação de indivíduos críticos e reflexivos, e como um espaço de encontro e valorização das diferenças como multiplicidade referencial, integrantes de um projeto de extensão do curso de Terapia Ocupacional, vinculados à um dos núcleos do Laboratório Metuia do Brasil, iniciaram oficinas de atividades com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública.

METODOLOGIA

O Projeto de Extensão teve como parceria a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura e o Centro de Cidadania LGBT e de Igualdade Racial do município. Assim, a metodologia utilizada foi a realização das Oficinas de Atividades, que tem base nos pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social, desenvolvidos por Barros, Ghirardi e Lopes (2002, 1999).

A partir das Oficinas de Atividades, buscou-se promover um debate crítico em relação aos processos de naturalização e essencialização da diferença, embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos dos sujeitos.

No entanto, é necessário reconhecer as diferenças – sua construção histórica e cultural – afim de transformar o espaço escolar em um local democrático e que garanta a cidadania de todos e todas que ali estão.

A escolha da realização de oficinas de atividades como metodologia de intervenção, possibilitou uma maior vinculação com os estudantes, o que implica, de forma direta, no envolvimento desses na atividade, na troca que acontece entre eles, no processo de aprendizagem, na capacidade do desenvolvimento crítico, compreensão e conscientização destes acerca das discriminações existentes dentro e fora do ambiente escolar (LOPES et al., 2011). As atividades foram realizadas com duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola de um bairro popular do município em questão. Os encontros ocorreram durante 5 semanas, às sextas-feiras.

As Oficinas de Atividades realizadas foram: “linha do tempo” - para trabalhar as questões étnico/raciais e o racismo; “mural da diversidade” - para abordar a identidade racial; “teia de lã, vídeo e música” - para dialogar sobre a diversidade religiosa; “etiquete-me” – para discutir sobre gênero; e “complete a coluna” – para problematizar as diferentes performances de gêneros e sexualidades.

RESULTADOS

Na oficina sobre as questões étnico/raciais e o racismo foi proposto para os adolescentes e jovens a construção de uma linha do tempo sobre a história do negro no Brasil, de quando estes viviam em grupos na África até os dias atuais. Os estudantes foram alocando as imagens de cada período histórico, refletindo e discutindo sobre o que estas representavam.

Na segunda semana, objetivando trabalhar a identidade racial, disponibilizamos imagens de vários jovens negros, brancos, indígenas e asiáticos onde os estudantes deveriam andar pela sala e ficar perto da imagem em que se reconheciam, explicando o porquê da identificação, o que havia em comum ou diferente.

Na terceira semana, para abordar a diversidade religiosa, foi exibido um vídeo acerca da intolerância contra as religiões de matrizes africanas, posteriormente, foi construída uma teia com lã onde cada estudante, quando pegava a lã, falava qual sua religião e sobre ela, proporcionando refletir sobre a diversidade religiosa dos colegas. Para fechar, colocamos a música ‘Quem tem fé’ do artista Rael.

Na quarta semana, a Oficina de Atividade para discutir sobre gênero foi nomeada de “etiquete-me”, na qual um menino e uma menina eram voluntários e os demais alunos teriam

que, a partir de *post its*, escrever o que era esperado socialmente para cada parte do corpo das meninas e dos meninos e como esses rótulos poderiam se tornar opressores.

Na última semana foi discutido gênero e sexualidade com a atividade “complete a coluna”, onde haviam palavras que deveriam ser alinhadas às colunas denominadas “gênero”, “sexo”, “sexualidade” e “identidade” e após esse alinhamento, houve uma discussão acerca dos significados das palavras e suas implicações no cotidiano das pessoas.

DISCUSSÃO

As diferentes categorias sociais existentes e a identificação do indivíduo como parte de uma ou mais dessas categorias, que são os marcadores sociais da diferença, geram processos de discriminação e desigualdade, o que implica no sofrimento dessas pessoas, tanto no âmbito individual quanto no coletivo (ZAMBONI, 2014).

Um dos marcadores sociais trabalhados foi a questão de raça/etnia, mais especificamente a identidade racial. Sabe-se que diferentes espaços e contextos são lugares de reprodução da opressão e do racismo, a escola é um desses contextos, podendo assumir posturas racistas e onde a representatividade é quase nula, os livros didáticos exaltam a cultura branca e mostram o negro como inferior, não tendo uma representação positiva de figuras negras importantes dentro da história (PEREIRA; SANTOS, 2018).

Essa estrutura racista já é problemática por si só, mas ao analisarmos de maneira mais profunda, nos aponta o impacto na formação da identidade racial e no reconhecimento do adolescente e do jovem como negro. A oficina da construção da linha do tempo e do mural da diversidade mostra como os adolescentes e jovens negros não se reconhecem e não se assumem como negros.

Ao disparamos uma pergunta de quantas pessoas da turma se reconheciam como negras, poucas foram as que levantaram a mão, em uma turma formada em sua maioria por negros. Essa discussão implica diretamente na intolerância religiosa, principalmente contra religiões de matrizes africanas, que são as mais discriminadas, muitas vezes por não serem discutidas nas escolas. Nos anos de 2012 à 2015, as denúncias pelo Disque 100 contra religiões afro-brasileiras representaram 71,15% do total de denúncias desse cunho (SANTOS et al., 2016).

Gênero e sexualidade também estão dentro dos marcadores sociais da diferença, e coexistem dentro do ambiente escolar. Muitos estudos apontam a escola como uma instituição de vigilância e disciplinamento dos corpos, por meio dos vários tipos de violências que

acontecem em seu interior (FRANÇA; CASTRO; FERRARI, 2014; LOURO, 2014; SILVA JUNIOR; FERNANDES; FAUSTINO, 2016).

Sendo assim, discutir as possibilidades de expressões de gêneros e sexualidades, e as violências e exclusões que a população dissidente de gêneros e sexualidades sofre em seu cotidiano, inclusive no ambiente escolar, se faz necessário, já que este é um espaço de sociabilidade importante para os adolescentes e jovens.

Ao realizarmos a oficina complete a coluna, alguns adolescentes relataram não conhecer os diferentes gêneros e orientações sexuais, o que demonstra que a escola ainda reproduz um padrão heteronormativo e tem dificuldade em reconhecer o seu papel na discussão em relação aos processos de naturalização e essencialização da diferença.

A escola e todas as pessoas que a compõem precisam compreender que este espaço não é um ente isolado, e sim uma instituição social que é democrática, sendo assim, deve ser um espaço de encontro e valorização das diferenças, e dos diversos desejos e afetividades (VENCATO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão buscou, através das Oficinas de Atividades, propiciar um diálogo e reflexão com os adolescentes e jovens do 9º ano do Ensino Fundamental, na construção de espaços de experimentação e aprendizagem, concebendo cada aluno e aluna como ser ativo no processo de construção de subjetividade, um ser da práxis, da ação e da reflexão.

Os encontros e os processos ali construídos foram se constituindo como uma tecnologia social de aproximação com foco nos temas relativos aos marcadores sociais da diferença.

As vivências nas oficinas possibilitaram um processo reflexivo coletivo na direção de proporcionar sensibilização para uma maior conscientização em relação aos temas tratados. Além de promover um maior contato e convivência entre os próprios alunos e alunas, em um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas. Ao discutir tais questões com os estudantes, buscou-se contribuir com a missão da escola em formar sujeitos críticos e reflexivos, diante de um mundo de diferenças e de imensa desigualdade, considerando o acesso de todos/as à cidadania, onde todas as diferenças sejam respeitadas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

Dessa forma, entende-se que a escola é um espaço em que o Terapeuta Ocupacional tem muito a contribuir, na direção de tornar a Educação para Todos uma realidade mais próxima.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais** – livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, R.E. Terapia ocupacional social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.13, n.2, p.95-103, 2002.
- _____. Terapia ocupacional e sociedade. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.10, n.2-3, p.69-74, 1999.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006, p. 239-276.
- FRANÇA, F. G. R.; CASTRO, R. P.; FERRARI, A. Narrativas docentes sobre o bullyinghomofóbico na escola. **Momento**, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 61-79, jan./jun. 2014.
- LOPES, R.E et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 15, n. 36, p. 277-288, Mar. 2011 .
- LOPES, R. E.; BORBA, P.L.O.; SILVA, C.R, MALFITANO, A.P.S. Terapia ocupacional no campo social no Brasil e na América Latina: panorama, tensões e reflexões a partir de práticas profissionais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 20, n.1, p. 21-32, 2012.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PEREIRA, J.B.; SANTOS, W.D. Raça, racismo e a constituição da criança negra no contexto escolar: diálogo entre conceitos e vivências. **Caderno de Graduação**, Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS, v. 4, n. 3, p. 20, 2018.
- SANTOS, C. A. I. et al. (Org.). **Intolerância religiosa no Brasil**. Relatório e Balanço. Rio de Janeiro: Kline, 2017.
- SILVA JUNIOR, J. A.; FERNANDES, M. P.; FAUSTINO, S. R. O. Entre os ditos e os interditos: representações de professores e professoras do ensino fundamental sobre gênero e sexualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 107-125, jan./abr. 2016.
- VENCATO, A. P. Diferenças na Escola. In: MISKOLCI, R.; LEITE JUNIOR, J. **Diferenças na Educação: outros aprendizados**.1 ed. São Carlos : EdUFSCar, 2014, p. 19-56.
- ZAMBONI, M. Marcadores Sociais da Diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*, São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, 01 ago. 2014.

Caminhos para inclusão escolar: contribuições da Terapia Ocupacional

Anne Gabryele Miranda do Nascimento

Cyntia Evangelista Santos

Hilvane Gabrielle da Silva Ferreira

Ana Vitória Ferreira Quaresma

Edilson Coelho Sampaio

O presente trabalho consiste em um relato de experiência, que retrata uma prática supervisionada realizada na disciplina Terapia Ocupacional no Contexto Educacional, ocorrida no 5º semestre do curso de graduação, no período de fevereiro a junho, totalizando dezoito encontros. O terapeuta ocupacional está voltado diretamente para o contexto da inclusão, objetivando fortalecer o potencial de pensar e agir dos educadores e família, além de preocupar-se com o desempenho escolar do aluno. Pretende-se com este trabalho, analisar estratégias propostas pela Terapia Ocupacional, visando a promoção da inclusão de alunos com deficiência. Os dados foram coletados a partir de vivências nas escolas, onde foi possível aplicar o protocolo de Avaliação da Função na Escola (School Function Assessment-SFA). Percebeu-se a dificuldade do professor em incluir o aluno com deficiência, assim como a escassez de recursos e profissionais qualificados. Por outro lado, os professores mostravam-se bastante interessados nas atividades desenvolvidas como estratégias de inclusão durante o período de convivência. O terapeuta ocupacional no contexto educacional promove a inclusão do aluno junto a equipe escolar e comunidade, visando a intervenção nas ocupações, primordialmente a educação neste cenário, mas também orientando e auxiliando os professores no seu trabalho, na prática educativa, construindo um elo entre família, comunidade e escola.

Palavras-chave: Aluno com deficiência; Inclusão escolar; Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

A inclusão é compreendida por meio de um processo de ampliação da circulação social que possa gerar união entre seus envolvidos, com o intuito de desenvolver uma sociedade que ofereça oportunidades diversas aos seus cidadãos, com possibilidades criativas independente de suas diferenças (BRASIL, 2006). A partir da Declaração de Salamanca (1994), começou-se falar em educação inclusiva, na qual garante a participação de todos os estudantes no ensino

regular, além de investir em maiores esforços e estratégias de reconhecimento e intervenções prévias, para adequar a escola à realidade do aluno. Com a proposta de educação inclusiva, a atuação do terapeuta ocupacional tem se tornado cada vez mais importante junto ao sistema educacional.

A Terapia Ocupacional na educação atua promovendo a inclusão de alunos com deficiências na rede regular de ensino, por meio de intervenções que apoiem a comunidade escolar na atenção aos alunos que demandem de um atendimento educacional especializado, intervindo nas ocupações de alunos, professores e familiares, contribuindo com a construção de possíveis soluções para as problemáticas apresentadas nas escolas (SILVA; JURDI; PONTES; 2012). Segundo a AOTA (2015), as ocupações são todas as atividades nas quais as pessoas se envolvem ao longo da vida. Ocorrem em contextos e são influenciadas pela interação entre fatores de clientes, habilidades de desempenho e áreas de desempenho. Ainda de acordo com a mesma, no que diz respeito ao contexto educacional, a educação é a ocupação primordial e se dá por meio de atividades relacionadas ao aprendizado e à participação em ambiente educacional.

OBJETIVO

Analisar estratégias propostas pela Terapia Ocupacional, visando a promoção da inclusão de alunos com deficiência.

METODOLOGIA

As práticas foram desenvolvidas por alunas do 5º semestre do curso de Terapia Ocupacional sob orientação e supervisão de uma preceptora do local de prática e do professor da disciplina “Terapia Ocupacional em Contexto Educacional”, durante o meses de fevereiro a junho, totalizando 18 (dezoito) encontros no ambiente escolar, realizadas em escolas da rede pública do município de Belém do Pará, onde são oferecidas as modalidades: educação infantil e o ensino fundamental. A pesquisa foi realizada a partir do relato de experiência, das acadêmicas, onde será abordado as estratégias da Terapia Ocupacional utilizadas durante as vivências no contexto escolar.

Inicialmente, foram observadas as problemáticas das escolas em relação a inclusão do aluno com deficiência, para em seguida traçar estratégias para o apoio a promoção da inclusão escolar. Para realização das observações, utilizou-se o protocolo de Avaliação da Função na Escola (School Function Assessment-SFA), versão traduzida para o português, que consiste em

um teste no formato de questionário estruturado, este permite conhecer o desempenho do aluno em tarefas funcionais pertinentes ao ambiente escolar (LOPES, 2013). Esse instrumento de medida padronizado, utilizado na prática clínica e em pesquisas na área de educação especial por terapeutas ocupacionais, avalia a participação escolar do aluno com deficiência por meio de observação direta ou através de entrevistas com pessoas que conheçam a sua rotina (MANCINI et al.,2000; MANCINI; COSTER, 2004; SCHENKER; COSTER; PARUSH, 2005). Dessa forma, o SFA foi aplicado uma vez com o professor da classe onde o aluno estava inserido e outras duas vezes por meio de observação direta. Baseado nisso, foram contempladas as seguintes estratégias na intervenção: momentos de socialização (participação social) entre pais, professores e funcionários, com a realização de palestras, rodas de conversa e dinâmicas, afim de colaborar com a comunidade escolar sobre a forma de lidar com as diferenças, auxiliar na organização das atividades pedagógicas (trabalho/ pratica educativa do professor) e incentivar a parceria entre a escola e família na contribuição do processo de ensino-aprendizagem dos alunos (Educação).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se uma análise dos fatores que impediam a participação efetiva dos estudantes no contexto educacional. Dessa forma, verificou-se que as escolas e as famílias não possuem o devido vínculo para que as mesmas se ajudem e facilitem o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Em vista disso, foram desenvolvidas estratégias para promoção da participação social, como palestras, dinâmicas, junto aos pais e professores. Diante disso abordou-se a importância da presença e interesse dos pais nas atividades escolares, contribuindo para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos. Outrossim, foram levados para escola ideias como: projetos para realização de hortas e um dia esportivo, através do brincar que promovessem a interação entre alunos, professores e pais, valorizando o trabalho em equipe, incentivando uma boa relação entre os mesmos para multiplicar olhares mais inclusivos, ampliando a presença da família na vida escolar de seus filhos, visto que a educação é uma das principais ocupações da criança.

A partir de observações e interlocução entre os educadores, notou-se a dificuldade dos mesmos em lecionar para os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, pois não compreendiam qual seria a forma adequada para atuar com esse determinado público. Além disso, percebeu-se que as salas de aula são superlotadas, inviabilizando o desenvolvimento de ações do professor em classe de forma mais inclusiva. Portanto, foi proposto como estratégia a

reorganização do ambiente de sala de aula, buscando aproximar os alunos que demandassem mais atenção durante as aulas do professor. Ademais, foi recomendado como mais uma alternativa, que os educandos ficassem em círculo, promovendo uma melhor visão do quadro e possibilitando que o docente pudesse estar mais próximo de todos e conseqüentemente, proporcionando a atenção e concentração dos alunos para uma boa compreensão dos conteúdos abordados na classe.

Durante as intervenções realizadas nas instituições visitadas, notou-se um feedback positivo, no qual parte dos professores se mostraram interessados em incluir o aluno, buscando compreender suas demandas. Por outro lado, um dos professores relatou a preocupação em repassar o conteúdo de forma mais efetiva para melhor compreensão do aluno, o que resultava em um assunto diferenciado dos demais da classe, muito desses conteúdos não estavam relacionados a temática central da aula dificultando a aprendizagem do aluno. Essa premissa aponta para uma inclusão sem incluir, de modo que o professor considera a inserção do aluno quando na verdade está fazendo o oposto, além de trabalhar com o ele de forma isolada, o educador desconsidera a importância da aprendizagem que não se torna eficiente.

Em contrapartida, havia professores que apesar de compreender as demandas dos alunos com deficiência, não encontravam um meio de tornar viável a inclusão do aluno, utilizando de técnicas que pudessem fazer com que este se tornasse apto a realizar as atividades em conjunto com a turma. O educador, no entanto, segundo relatos acredita na necessidade de um especialista para acompanhar o estudante com deficiência nas aulas.

Visando o melhor desempenho do aluno e a conexão do conteúdo da classe com o aprendizado, orientou-se o professor a criar estratégias de acordo com a demanda da criança, como por exemplo, um aluno com baixa visão, para que o mesmo tenha acesso adequado ao assunto proposto em sala, foi feito como método ampliar a letra usada pelo professor no quadro, assim como o aumento da fonte e ilustrações nas atividades, entre outras estratégias que podem ser empregadas pelo próprio professor na classe, favorecendo a apresentação do conteúdo, o alcance para os objetivos de aprendizagem e promovendo o engajamento ocupacional na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pode se tornar um ambiente excludente e segregador, ao invés de ser um espaço no qual a criança pode desenvolver suas capacidades, que serão importantes no decorrer de sua vida. Nessa perspectiva, o terapeuta ocupacional pode apresentar uma visão crítico-constructiva

que considere os vários fatores relacionados aos contextos educacionais e sociais, como o ambiente escolar, a equipe educacional, a relação entre a escola e os familiares, entre outros. Considera-se assim, que a Terapia Ocupacional pode utilizar-se de suas diferentes formas de ação, como um meio capaz de colaborar no esclarecimento das dificuldades que todos podem ter em relação a como lidar com as diferenças, propondo desarticular as barreiras encontradas na inclusão escolar, intervindo nas ocupações.

Em suma, ressalta-se, a necessidade da atuação da Terapia Ocupacional junto a equipe escolar para promoção da inclusão escolar. Diante disso, torna-se necessário a realização de novas práticas e de pesquisas, como via de reconhecimento desta atuação, visando os alunos que se encontram em processo de inclusão e toda a comunidade escolar, apoiando práticas inclusivas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

GLAT, Rosana. Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, Edição Especial, p. 9-20, jun./2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s141365382418000400002>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MANTOAN, M. T. E. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2019.

SILVA, C. C. B. D; JURDI, A. P. S; PONTES, F. V. D. Transtorno do défi cit de atenção e hiperatividade: possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional em contextos educacionais. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 283-288, jun./2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v23i3p283288>>. Acesso em: 9 mai. 2019.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, M. M. B. D. J. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores¹. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**,

Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88, abr./2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

TREVISAN, Juliana Graciela; BARBA, P. C. D. S. D. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCa**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 89-94, set./2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.010>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

Desenvolvimento de uma tecnologia assistiva em aulas práticas de Terapia Ocupacional no contexto escolar

Juliana Fonseca de Queiroz Marcelino

Mariana Barboza Ferreira

Vitória das Dores Galdino Da Silva

Laisa Maria Gomes Silva

A área da Tecnologia Assistiva tem como finalidade proporcionar autonomia, independência e a relação social, sendo assim a sua utilização no contexto escolar vêm acrescentando de forma significativa na inclusão de alunos a qual são acometidos com algumas deficiências. Diante disso é importante a capacitação de profissionais para seu uso, como é o caso do Terapeuta Ocupacional, que faz a análise das habilidades, necessidades e a pesquisa do produto ideal que vai auxiliar quem precisa. O objetivo do seguinte trabalho é descrever a criação da tecnologia assistiva que teve como propósito a inclusão escolar. Este estudo é um relato de experiência da produção de tecnologia assistiva para uma criança portadora da Síndrome Congênita do Zika Vírus em uma creche da Cidade do Recife durante aulas práticas das disciplinas aplicadas de Terapia Ocupacional no ciclo de vida da infância e de Tecnologia Assistiva. De acordo com as necessidades apresentadas e com a pesquisa de mercado foi observado a necessidade de somar os modelos de Plano Inclinado e Bandeja para a cadeira de rodas. A produção de tecnologia assistiva é essencial para a inclusão escolar, pois facilita a participação das crianças nas atividades escolares, sendo o terapeuta ocupacional um dos profissionais habilitados para a sua avaliação e produção.

Palavras chave: creches; inclusão educacional; Terapia Ocupacional; Equipamentos de autoajuda; Crianças com deficiência.

INTRODUÇÃO

A Tecnologia Assistiva (TA) tem como objetivo principal proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, visto que ela auxilia o indivíduo a ampliar sua habilidade funcional e possibilita a realização da função desejada que está impedida por circunstância de sua limitação (BERSCH, 2017).

De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (BRASIL, 2009), a TA é uma área de conhecimento que abrange produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, e tem característica interdisciplinar. (BERSCH, 2017).

Segundo a Resolução Nº 458 do COFFITO, o Terapeuta Ocupacional tem a competência para realizar todo o processo em TA: selecionar, indicar, executar e desenvolver produtos, treinar e acompanhar o uso da TA (COFFITO, 2015). Ainda conforme a Resolução citada, dentre as diversas áreas de aplicação, nas quais o terapeuta ocupacional pode atuar com práticas e serviços, estão os auxílios para vida diária e vida prática, a comunicação aumentativa e alternativa, a adequação postural e recursos para cegos ou para pessoas com baixa visão, as quais foram alvo do produto desenvolvido e descrito neste estudo.

O uso da TA na educação inclusiva vem proporcionando um maior acesso a partir de diferentes demandas e situações, criando estratégias para facilitar o aprendizado e inserir essas crianças no contexto educacional (ROCHA, 2012). Nos casos que são necessários a utilização

Este estudo, teve como intuito proporcionar a inclusão de alunos com disfunções neuromotoras, neste sentido foi analisada a necessidade da criação de um recurso assistivo para facilitar a inclusão de um dos estudantes. O objetivo deste trabalho, portanto, é descrever a tecnologia assistiva que foi desenvolvida para o contexto escolar, visando facilitar o aprendizado e a participação social de quem iria utilizá-la.

METODOLOGIA

O presente estudo é um relato de experiência que ocorreu durante o acompanhamento de uma criança om a Síndrome congênita do Zika vírus (SCZV) em uma creche da Cidade do Recife.

A produção do dispositivo assistivo ocorreu na interseção de aulas práticas das disciplinas aplicadas de Terapia Ocupacional no ciclo de vida da infância e de Tecnologia Assistiva, no Laboratório de Tecnologia Assistiva e Terapia Ocupacional (LabTATO).

As atividades ocorreram no período de 9 de maio a 18 junho, por meio de 9 encontros com carga horária de 4 horas diárias. Uma revisão da literatura foi realizada na base de dados do Google Acadêmico, sem delimitação de tempo e em língua portuguesa, para fins de fundamentação do corrente trabalho. Além disso, foi feita uma pesquisa de mercado para procurar pelo produto que mais se adequava no caso, bem como foi acessada uma pesquisa de patentes realizada em um projeto de pesquisa fomentada pelo CNPQ.

O processo em TA se baseou no modelo Human Activity Assistive Technology Model (HAAT), o qual entende que a inserção de uma TA acontece para facilitar a atividade de um ser humano em um determinado contexto, tendo como aplicação, dentre outras, a pesquisa e desenvolvimento de produto (COOK; POLGAR, 2015).

RESULTADOS

A TA foi desenvolvida para um estudante, que apresenta SCZV e microcefalia, tendo como principais dificuldades pouco controle cervical, a aproximação dos objetos causada pela baixa visão e a não oralização.

Analisando o que foi visto em anamnese com a mãe e as necessidades escolares apresentadas pelo agente de apoio ao desenvolvimento escolar especial (AADEE), que o acompanha diariamente, viu-se que por ser usuário de cadeira de rodas necessitava de uma bandeja que servisse de apoio para a realização de atividades escolares e brincadeiras, devido às dificuldades citadas, a criança encontrava-se impossibilitada de estar na mesa com os outros alunos.

Assim como, pela aproximação dos objetos, era necessário um plano inclinado para auxiliar a criança em suas atividades escolares, para dessa forma potencializar o envolvimento nas atividades de grafismo e comunicação alternativa, cuja prancha está para ser desenvolvida pela Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dessa forma, a partir de pesquisas *on line*, de produtos de baixo custo, de mercado (comercializados) e de patentes, surgiu a ideia de unir as necessidades e fazer uma única tecnologia que suprisse ambas necessidades. Encontrou-se um modelo de produto patenteado que contemplava a bandeja e o plano inclinado associados, que, quando a ideia se somou a algumas experiências da professora orientadora com a confecção de bandejas de papelão, foi projetado e desenvolvido o produto.

Após a avaliação da criança e da observação na sala de aula e no pátio, identificou-se a necessidade do dispositivo. Assim, num dos retornos à Escola, foi utilizado um protótipo de bandeja que já tinha o recorte em semicírculo para encaixe do tronco, de papelão, do LabTATO, para teste com o usuário em sua cadeira de rodas, para observar o comportamento da criança com a TA, bem como realizar as medições necessárias com a trena, rumo ao desenho do produto. Em um momento posterior, houve a confecção da bandeja utilizando papelão (cerca de cinco camadas, para dar firmeza), emborrachado (para confecção de bordas que impedissem a queda dos objetos), papel contato (procurou-se impermeabilizar para aumentar a

durabilidade), velcro (para a fixação na cadeira) e cola. Foram realizados dois recortes paralelos em linha reta, com estilete, de cada lado (direito e esquerdo e colocado velcro, para encaixe e apoio da mesa nos braços da cadeira de rodas.

No último contato com o usuário, foi possível apresentar o produto desenvolvido ao AADEE AEE, de maneira que estes foram orientados quanto à forma de usar com a criança e como isso facilitaria a realização das suas atividades escolares. Porém, não houve a oportunidade de testar o produto, embora essa etapa tenha sido feita pelos AADEE e AEE, que enviaram fotos à equipe de Terapia Ocupacional, mostrando melhora da postura da criança e do acesso a material pedagógico.

DISCUSSÃO

A tecnologia assistiva no contexto escolar permite o rompimento das barreiras externas que impossibilitam a inclusão das pessoas com necessidades específicas, possibilitando a igualdade de oportunidades e possibilidades de aprendizado, por isso é fundamental para a inclusão escolar. (BERSCH, 2009). O papel do terapeuta ocupacional na tecnologia assistiva é de avaliação das necessidades do usuário de acordo com as suas habilidades, do contexto sociocultural e do ambiente no qual vai ser utilizada. Por isso, é dado destaque a execução de tarefas presentes no ambiente educacional, o qual possibilita estimular a realização funcional das atividades de maneira independente, reduzindo as dificuldades (PELOSI, 2005).

O plano inclinado é um recurso para, principalmente, pessoas com baixa visão, que facilita a visualização das atividades escolares ao mantê-las inclinadas para proporcionar a aproximação do material à criança, possibilitando o aprendizado e a utilização da escrita e da leitura (EIDELWEIN, 2015; ZERBETO, 2015). Além disso, favorece o alinhamento da cabeça, consequentemente melhora a postura e o posicionamento. (PONTES; FERNANDES, 2018).

A confecção de mesa recortada com papelão foi descrita também por Piovezanni, Rocha e Braccialli (2014), cuja pesquisa tinha como objetivo verificar sua eficácia no desempenho grafomotor de uma criança com paralisia cerebral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se a importância da utilização da tecnologia assistiva no contexto escolar, sendo o Terapeuta ocupacional um dos profissionais capacitados para aplicá-la durante as intervenções com respaldo nas resoluções 458 e 500 do COFFITO.

Sendo assim, é preciso a avaliação das dificuldades da criança no ambiente e a pesquisa de materiais já existentes para produção de dispositivos que atendam a demanda e promovam

inclusão escolar. A parceria estabelecida com a equipe da Escola nesse processo também foi importante. A bandeja com plano inclinado parece ter melhorado a postura e facilitado o acesso a materiais pedagógicos, porém, planeja-se a continuidade da ação com a avaliação da usabilidade deste produto em um projeto de extensão vinculado ao LabTATO.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BERSCH, R.C.R. **Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009. Dissertação (pós-graduação em design), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: **CORDE**, 2009. 138 p. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Brasil). **Resolução nº 458, 20 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o uso da Tecnologia Assistiva pelo terapeuta ocupacional e dá outras providências.**

COOK. A.M.; POLGAR, J.M.; autora emérito: HUSSEY, S.M. **Assistive technologies: principles and practice**. 4th ed.USA: Elsevier, 2015.

EIDELWEIN, F. **O desenvolvimento de um aluno com paralisia cerebral com utilização do recurso da tecnologia assistiva no ensino regular**. Signos, ano 36, n. 1, p, 2015.

PELOSI, M. B. **O papel do terapeuta ocupacional na tecnologia assistiva**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 13, n. 1, 2005.

PIOVEZANNI, M. A. T.; ROCHA, A. N. D. C.; BRACCIALLI, L. M. P. **Eficácia de mobiliário escolar adaptado de baixo custo no desempenho funcional de criança com paralisia cerebral**. Revista educação especial, v. 27, n. 49, p. 485–498, 2014.

PONTES, A.C.N; FERNANDES, A.M. **O uso de recursos didáticos adaptados na escolarização e inclusão de educandos cegos e de baixa visão**. Colóquio Luso-Brasileiro de Educação. 2018.

ROCHA, A. N. D. C; DELIBERATO, D. **Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades.** Revista Brasileira de Educação Especial, p. 71-92, 2012.

ZOBERTO, A.B., et al. **A atuação da equipe interdisciplinar com escolar que apresenta baixa visão por hipótese diagnóstica de doença de Stargardt .** Revista CEFAC. vol. 17, núm. 1. 2015.

Projeto De Extensão: “O Desempenho Ocupacional de estudantes com Deficiência da Rede Pública do Estado Do Paraná”

Adriana Hessel Dalagassa

Tamires Nicodemos Vasques

Dayane Anderson Senoski

Mycaely Rhauana Szychta

O presente trabalho tem como tema a atuação do terapeuta ocupacional na inclusão de estudantes com deficiência física/motora que possuem dificuldades de desempenho ocupacional. Tendo como objetivo geral apresentar a contribuição do profissional para a inclusão desses estudantes em escolas regulares, articulando assim, com o projeto de extensão “O Desempenho Ocupacional de Estudantes com Deficiência da Rede Pública do Estado do Paraná”. A metodologia utilizada no processo teórico-prático deste consiste na pesquisa-ação. As ações desenvolvidas no projeto de extensão envolveram a consultoria colaborativa e a prescrição/confeção de recursos de Tecnologia Assistiva. Os resultados foram o favorecimento do desempenho ocupacional e a promoção da autonomia, independência e participação na realização de atividades escolares. Conclui-se, por meio da pesquisa e a participação no projeto de extensão, que o terapeuta ocupacional é um profissional fundamental no contexto escolar por estar apto a favorecer a funcionalidade dos indivíduos e seus papéis ocupacionais, a partir de suas potencialidades, bem como atuar como facilitador no processo de inclusão.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Contexto escolar. Desempenho Ocupacional.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), 6,7% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, dentre elas 2,3% referem-se a pessoas com deficiência motora. Ao considerar este percentual reflete-se sobre o direito de participação em suas atividades cotidianas e fatores que impactam seu desempenho ocupacional. Evidencia-se que gradativamente mais crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) estão inseridas em escolas regulares. (PELOSI; NUNES, 2011). De acordo com o Censo Escolar realizado em 2017, no ensino fundamental, 87,0% dos estudantes

brasileiros fazem parte das classes comuns e os que possuem deficiência constituem 2,8% do total de estudantes do ensino fundamental. (INEP, 2017).

Na perspectiva dos educadores dentre as dificuldades para a inclusão escolar estão à capacitação profissional e a escassez de apoio especializado. (IDE; YAMAMOTO; SILVA, 2011). Considerando estes aspectos, infere-se que o processo de inclusão requer ações conjuntas e interdisciplinares, para tanto, pretende-se discorrer sobre a prática do projeto de extensão “O desempenho ocupacional de estudantes com deficiência da rede pública do estado do Paraná”, o qual teve início em agosto de 2017, através de uma parceria entre a Secretaria de Educação Especial do Estado do Paraná (SEED-PR) e o curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo como objetivo contribuir para a inclusão de estudantes com deficiência física/motora na rede pública de ensino fundamental do Estado do Paraná, através de ações do terapeuta ocupacional.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada pelo projeto é a da pesquisa-ação. Para Tripp (2005), a pesquisa-ação é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores, de modo que eles possam utilizar suas ações para aprimorar seu ensino em função do aprendizado gerado. Através da pesquisa-ação planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para melhora de sua prática, sendo a mesma participativa na medida em que inclui todos os que, de algum modo estão envolvidos no processo de inclusão (coordenadora e extensionistas do projeto, comunidade escolar e acadêmicos/professores da UFPR), sendo colaborativa no seu modo de trabalhar.

Os passos para implementação do projeto incluíram o levantamento dos estudantes com deficiência física/motora inseridos na rede pública do ensino fundamental do Estado do Paraná, coleta de dados e registros das dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência e pela comunidade escolar, realizando assim, busca teórica a fim de fundamentar as possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional na inclusão escolar. As ações foram inicialmente desenvolvidas na cidade de Curitiba, pretende-se ampliar para a região metropolitana e outras escolas da rede pública do Estado.

RESULTADOS

Por meio da parceria com a SEED-PR foi possível o contato com 52 escolas via telefone entre os meses de agosto de 2017 a novembro de 2018. A partir das ligações identificaram-se 15 escolas que não atendiam aos critérios de inclusão: público-alvo formado de crianças e/ou adolescentes com deficiência física/motora incluídos no Ensino Fundamental da rede pública de Curitiba. Restando então, 37 escolas que foram categorizadas conforme: localização, tipo de

ensino, número total de estudantes matriculados com deficiência física/motora, por localização e tipo de profissional que acompanha esses estudantes. A partir disso, estabeleceu-se prioridade de visitas às escolas com maior demanda.

Nas visitas às escolas são realizadas reuniões com gestão e professores a fim de estabelecer os objetivos, bem como, aplicação de avaliações para identificação das demandas. Utiliza-se uma anamnese desenvolvida pelo projeto que contém: identificação do estudante, histórico escolar, ambiente escolar, desempenho ocupacional/funcional, atividades de vida diária realizadas e observações pertinentes. Além da anamnese, são utilizadas as partes I e II da School Function Assessment (SFA), por ser capaz de mensurar o desempenho do estudante nas tarefas funcionais e níveis de participação nos ambientes escolares. (BRANDÃO et al., 2008 apud PLOTTEGHER, EMMEL, CRUZ, 2013). E para auxiliar na identificação do nível de comprometimento motor e limitações funcionais nos estudantes com Paralisia Cerebral faz-se uso da Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS).

Após identificação das demandas, realiza-se a discussão dos casos com a comunidade escolar, extensionistas e coordenadora do projeto para o planejamento das ações. Quanto às demandas de desempenho ocupacional, identificou-se: a dificuldade dos estudantes para realizar a atividade de escrita, presença de movimentos involuntários e/ou dificuldade de mobilização ativa dos membros superiores, auxílio de terceiros no desenvolvimento das atividades (a professora escrevia para os estudantes), bem como inadequação postural em cadeira de rodas e cadeira convencional de sala de aula. Além disso, observou-se a prescrição inadequada de adaptações utilizadas como: pulseira de chumbo com excesso e má distribuição do peso.

Mediante as demandas referidas, as ações/intervenções desenvolvidas foram: orientações aos professores, estudantes e famílias para adequação postural; adaptações ergonômicas de altura de mobiliário, computadores e notebook; treino da atividade de escrita por meio do uso de softwares para viabilização da comunicação escrita/pictorial; confecção de tapete antiderrapante, com logo significativa, para melhor aderência do teclado com uso de adaptação colméia, possibilitando menor interferência de terceiros, favorecendo a autonomia e independência. Acerca da pulseira de chumbo optou-se pela confecção de um plano imantado e a pulseira com peso mais adequado à capacidade física do estudante para que não haja lesões e fadiga muscular.

DISCUSSÃO

Para que se realizassem as visitas visando a aproximação com as escolas participantes e a não hierarquização dos conhecimentos, as ações colaborativas com os professores das salas regulares e de recursos multifuncionais, bem como a prescrição e dispensação de dispositivos assistivos, seguiram os estágios do processo de consultoria colaborativa o qual abarca desde o processo de entrada nas escolas participantes até a realização das ações propostas, avaliação e prosseguimento das mesmas. (IDOL; NEVIN; PAOLUCCI-WHITCOMB, 2000 apud BALEOTTI; ZAFANI, 2017).

Observou-se durante as visitas que determinados estudantes, participantes do projeto, não faziam trabalhos em grupo e realizavam a educação física em ambientes separados dos demais. Perfazendo-se tanto na prática, quanto na literatura o processo de inclusão escolar como um desafio. Essa identificação corresponde à reflexão de Baleotti (2006, apud PAULA; BALEOTTI, 2011), de que a inclusão escolar deve ser pautada no processo de adaptação do meio às necessidades do estudante e não ao contrário.

A partir das ações desenvolvidas foi avaliada a possibilidade de encaminhamento de alguns estudantes para a Clínica Escola de Terapia Ocupacional (CETO) da UFPR, para que se possa intervir em outros aspectos relacionados ao desempenho ocupacional por meio de atendimento clínico ambulatorial. Observou-se também, a possibilidade de interlocução com profissionais de outras áreas e estabelecimento de parcerias com outros projetos de extensão.

Além das ações voltadas diretamente a comunidade escolar, foi identificado a oportunidades de criar uma página para divulgação e informativos relevantes relacionados a temática do projeto. Foi realizada a elaboração de uma sigla e logo que contemplasse a proposta do projeto, no caso “DOECD”, uma vez que concerne à “Desempenho Ocupacional de Estudantes com Deficiência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento de crianças com deficiência física na educação regular sugere a carência de um profissional capacitado para atuar neste contexto. Através das visitas foi possível informar e apresentar para a equipe pedagógica a respeito da atuação do terapeuta ocupacional, identificar as dificuldades enfrentadas pela equipe no processo de inclusão, bem como a presença de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Por meio das ações desenvolvidas (consultoria colaborativa e prescrição/confecção de TA) identificou-se melhora no desempenho ocupacional dos estudantes no que se refere à participação/independência nas atividades escolares. Sendo assim, o terapeuta ocupacional é

considerado um dos profissionais com formação e conhecimento para auxiliar os demais profissionais da equipe pedagógica nesse processo.

Tendo em vista as demandas apresentadas pelas escolas, foi ampliado o público alvo do projeto para estudantes com demais deficiências e também, alterações do desenvolvimento, além disso, está sendo desenvolvida análise de acessibilidade das escolas, em processo de aplicação de um questionário junto a professores e gestores, bem como, participação do projeto em eventos acadêmicos e divulgação do projeto em redes sociais. Na busca de que os responsáveis pelos órgãos educacionais do Estado possam compreender a importância da inserção do terapeuta ocupacional no contexto escolar, com vistas a sanar as demandas referentes ao desempenho ocupacional dos estudantes e orientações quanto ao manejo por parte da comunidade escolar para a promoção da inclusão.

REFERÊNCIAS

BALEOTTI, L. R.; ZAFANI, M. D. Terapia Ocupacional e Tecnologia Assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 409-416, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1544/856>. Acesso em: 27 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: 6,7% da população têm algum tipo de deficiência, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 18 jul. 2019.

IDE, M. G.; YAMAMOTO, B. T.; SILVA, C. C. B. Identificando possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional na inclusão escolar. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 323-332, 2011. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/502/349>. Acesso em: 09 abr. 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - **Censo escolar 2016 notas estatísticas**, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf. Acesso em 18 mar. 2019.

PAULA, A. F. M.; BALEOTTI, L. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da Terapia Ocupacional. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 19, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2011, Disponível em:

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/421/312>.

Acesso em: 09 abr. 2019.

PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. D. P. A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 1, p. 52-59, jan./abr., 2011.

Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-657275>. Acesso em: 18 mar. 2019.

PLOTEGHER, C. B.; EMMEL, M. L. G.; CRUZ, D. M. C. Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 35-42, 2013. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2013.006> .

Acesso em: 18 mar. 2019.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3 p. 443-466, set./dez., 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022005000300009&script=sci_abstract∓lng=pt. Acesso em: 13 mai. 2019.

Um modelo de intervenção educativa por meio de uma comunidade de práticas emancipatórias no município de Pelotas/RS

Diego Eugênio Roquette Godoy Almeida

Luciana Cordeiro

A Comunidade de Práticas caracteriza-se pelo estabelecimento de relações entre pessoas, atividades e o mundo para o desenvolvimento de ações ou práticas alinhadas, orientadas pelo senso de propósito comum. Advoga-se por seu potencial de integração de ações de pesquisa, extensão e ensino, bem como pela possibilidade de adicionar caráter emancipatório a esta, no que diz respeito aos usos de referenciais teórico-metodológicos pautados na teoria crítica contemporânea em sua operacionalização. Este trabalho tem por objetivo relatar processo inicial do desenvolvimento de uma Comunidade de Práticas Emancipatória, modo coletivo de aprendizagem em Terapia Ocupacional. Relato de experiência de atividades extensionistas apoiado por análise documental. O processo de constituição da CoPE ocorreu de forma colaborativa entre os serviços do território e a universidade, em etapas: 1) Escolha do território; 2) Apresentação da proposta de parceria entre os serviços do território e a universidade; 3) Levantamento de necessidades; 4) Pactuação de ações com os serviços; 5) Desenvolvimento de atividades. Ações de ensino e extensão favoreceram a produção de projetos de pesquisa, já que evidenciaram necessidades do território e permitiram aprendizagem situada a partir da análise da prática cotidiana. A Comunidade de Práticas Emancipatórias se mostrou promissor modelo de intervenção territorial de caráter educativo, com importante potencial para ser utilizado em Terapia Ocupacional.

Palavra-chave: Comunidade de Práticas; Educação; Ensino e Extensão.

INTRODUÇÃO

Comunidade de Práticas (CoP) consiste em um modelo conceitual focado na aprendizagem transformadora, propiciada pelas relações entre pessoas em atividade, cujas práticas surgem dessa interdependência relacional dentro de uma comunidade (BENZIE; SOMEKH, 2015). Três dimensões de relações são a base para a construção de uma comunidade de práticas: 1) Engajamento mútuo: compromisso dos participantes em refletir e produzir práticas concretas, estabelecidas a partir de um processo compartilhado; 2) Empreendimento conjunto: processo

contínuo de definição sobre os que as pessoas estão fazendo e querem fazer juntas, de acordo com sua realidade, seus recursos e suas necessidades; 3) Repertório compartilhado: compartilhamento de símbolos, expressões, ações, conceitos, artefatos, maneiras de fazer certas coisas, gestos, etc, ao longo da trajetória traçada conjuntamente pelos participantes da CoP. O repertório compartilhado se faz coerente por comungar de um empreendimento comum, desenvolvido por meio das relações e práticas que vão sendo construídas e pactuadas a partir do engajamento mútuo.

Seu impacto ultrapassa objetivos de trabalho traçados *a priori*, já que vai além da obtenção de informação, de diagnóstico de faltas e obstáculos, da construção de práticas para solucionar problemas, pois essas comunidades podem ser a chave para transformações identitárias promovidas pela “aprendizagem situada”. Em suas premissas teóricas, a prática social salienta a interdependência entre agente e mundo, atividade, significado, cognição, aprendizagem e saber, bem como o caráter negociado e inerentemente social e interessado do significado do agir humano (WENGER, 1998).

Benzie e Somekh (2015) salientam que o uso qualificado da Teoria da CoP implica em explorar seus princípios adaptando-a às especificidades de cada contexto. Neste sentido, ao lado da Teoria da Prática Social, elegeu-se a Teoria da Atividade (LEONTIEV, 1978) como referência capaz de fundamentar a relação entre a atividade humana em Terapia Ocupacional e Educação. A Teoria Histórico-cultural da Atividade propõem que as funções psíquicas devem ser vistas como atividades sociais mediadas por ferramentas. As ferramentas, por sua vez, são consideradas objetos culturais, formas sociais que se desenvolvem historicamente, sendo a linguagem a estrutura geral mais importante de formas sociais que organizam conceitualmente o pensamento, a percepção, a emoção, etc (NISSEN; LANGEMEYER, 2015).

Nos dizeres de Leontiev (1978, p. 68), “por atividade, designamos os processos psicologicamente caracterizados por aquilo que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar essa atividade, isto é, motivo”. A origem do conceito de atividade, por esse viés, deriva do tratamento sociológico dado à categoria de “trabalho” por Marx, visto como a atividade central na formação do gênero humano e no processo de domínio do homem sobre a natureza (PICCOLO, 2012).

Deste ponto de vista, Educação pode ser vista como atividade que resulta em apropriação de cultura e aumento da participação num controle proativo das circunstâncias da vida. O objetivo deste trabalho, ancorado nos referenciais expostos, é relatar processo inicial do

desenvolvimento de uma CoP, compreendida como um modo coletivo de aprendizagem em Terapia Ocupacional, a partir da experiência extensionista.

A proposição de uma Comunidade de Práticas

A Comunidade de Práticas Emancipatórias (CoPE) no território Dunas consiste em um programa integrado de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade do sul do Brasil, voltado para a produção de práticas educativas em Terapia Ocupacional Social, pautadas no pensamento crítico e em metodologia participativa.

O Bairro Dunas teve sua origem no Loteamento homônimo, projeto habitacional criado em meados dos anos 1980, em decorrência da grande demanda por moradia na cidade de Pelotas, RS. Neste território, verifica-se importantes condições precárias de vida e saúde (MEREBA, 2011).

Para iniciar o desenvolvimento da CoPE tendo como participantes os moradores de um território e trabalhadores de serviços públicos nele instalados e a Universidade, compreendeu-se que a primeira etapa do processo dessa construção foi a escolha um “território fértil”, no sentido de haver sujeitos empenhados no desenvolvimento do território, que aceitassem o desafio de discutir, de forma crítica e concreta, as formas de viver e trabalhar. Conforme Freire (2014), o trabalho consistiria em conhecer as demandas do território Dunas por meio do olhar atento e de interação cuidadosa, considerando o saber dos sujeitos, viabilizando processo educativo crítico dos estudantes de graduação, despertando-lhes desejo de transformar a realidade.

Após contatos iniciais e levantamento de necessidades do território, o programa pactuou ações extensionistas e de ensino com duas escolas públicas da região, profissionais da saúde, cultura, assistência social. No que tange aos aspectos acadêmico-formativos, destaca-se a relevância ética e política da aprendizagem e pesquisa comprometida com a realidade e suas contradições. A aprendizagem deflagrada nas CoP qualifica as ações e a produção de novos significados coletivos e de atualização da própria identidade de seus participantes (WENGER, 1998).

A entrada no campo guiada pelos objetivos de ensino e extensão aguçou também o interesse em elaborar projetos de pesquisas participativas que partissem da materialidade cotidiana. O trabalho em campo favoreceu que os estudantes reconhecessem os problemas sociais da realidade, mobilizados pela busca de explicações críticas sobre os fenômenos e situações observadas. À medida que compreensões foram sendo forjadas, novas práticas de investigação e ação também puderam ser delineadas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O relato a seguir baseou-se na análise das atas de reuniões e cadernos de campo produzidos em reuniões acadêmicas semanais e em encontros pontuais entre docentes, estudantes de graduação e trabalhadores dos serviços públicos. Outra fonte de dados foi a observação participante (SOUZA, et al, 2011). Elaborou-se, dessa forma, etapas de aproximação do campo e de construção da CoPE, partindo das necessidades locais e da interlocução com os serviços.

Como primeira iniciativa da CoPE, buscou-se compreender as representações sobre a infância e juventude no Dunas, as condições de vida da população, a rede de suporte social, formas de sociabilidade e lazer, bem como as potencialidades dos equipamentos públicos da região. O contato com os sujeitos, somado aos relatos dos estudantes que estavam em prática extensionista e de ensino, deixaram em evidência problemas relativos à falta de instrumentalização dos trabalhadores dos serviços 1) para lidar com casos individuais considerados difíceis e com conflitos relativos à violência; 2) em relação a seu próprio trabalho, já que há falhas no processo de educação continuada; 3) para lidar com grupos com demandas heterogêneas; 4) relativa à comunicação entre os trabalhadores dos serviços e entre os serviços do território.

Para tanto, proposições iniciais nos serviços foram realizadas:

- Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos (LOPES, et al. 2011): Utilizando-se de diferentes técnicas objetivou-se conhecer o cotidiano juvenil e promover formas de reflexão sobre temas, como violência, identidade, educação, uso de drogas, entre outros. Especialmente no contexto escolar, tal proposição mostrou-se bastante profícua tendo em vista a possibilidade da aprendizagem situada entre jovens considerados “alunos problema” e aproximação entre o **motivo** da atividade escolar e os **objetivos** pessoais de cada participante das oficinas, seguindo a Teoria da Atividade (LEONTIEV, 1978).

- Rodas formativas em uma escola de ensino infantil, pensando junto aos educadores/professores ferramentas para lidar com as demandas relacionadas à sexualidade infantil, sobrecarga do ofício, a escassez de materiais e equipamentos para o trabalho e a necessidade de debate acerca das políticas de educação infantil. Dentro da Teoria da Atividade, destaca-se a importância da disponibilidade instrumental para a efetiva aprendizagem coletiva, somada à reflexão sobre a **comunidade** e suas disputas de objetos (motivos) que caracterizam

uma **atividade**, além da **divisão social do trabalho** e outros conflitos entre cultura escolar e não-escolar.

Sendo a produção de conhecimento comum característica fundamental de uma CoP, pretende-se, no próximo ciclo de ações, desenvolver **engajamento mútuo, empreendimento conjunto e repertório compartilhado** entre os serviços do território mediante sistematização de encontros entre atores, incitamento à pesquisa participante e domínio dos saberes já produzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma CoPE em território marcado por precárias formas de viver configura um projeto ousado que requer diversos participantes e inter-relações. Espera-se proporcionar, simultaneamente, (re)conhecimentos entre atores, com vistas à consolidação da CoPE - uma vez que esta se mostrou potente modelo de intervenção territorial de caráter educativo, bem como avanços teórico-metodológicos pertinentes à Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- BENZIE, D; SOMEKH, B. Comunidade de Prática. In: SOMEKH; LEWIN. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Vozes, 2015, p. 234 - 242.
- NISSEN, M; LANGEMEYER, I. Teoria da atividade. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Vozes, 2015, p. 243 - 252.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2014.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface (Botucatu)** [online]. 2011, vol.15, n.36, pp.277-288.
- MEREB, P. H. **Loteamento Dunas e Sua Microfísica de Poder**. 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- PICCOLO, G. M. Historicizando a teoria da atividade: do embate ao debate. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n.2, p.283-292, 2012.
- SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A.V. Análise Documental e Observação Participante na Pesquisa em Saúde Mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2011.

WENGER, E. **Communities of practice. Learning, Meaning and Identity.** Cambridge University Press, New York, 1998.

O processo de inclusão escolar por meio da consultoria colaborativa na educação infantil

Mariana da Silva Acácio

Flávia Calheiros da Silva

Janssen Macdowell Cavalcante da Silva

Karoline Maria de Melo Ferreira

Marta de Souza Silva

Dreice Pedrosa de Oliveira

Compreende-se que a Terapia Ocupacional com especificidade na área educacional no Brasil é um campo novo, porém seus trabalhos nos serviços de consultoria colaborativa têm-se mostrado muito eficaz em sua prática. Este trabalho trata-se de um relato de experiência descritivo de um grupo de discentes de Terapia Ocupacional em um centro educacional infantil com intervenções baseadas nos princípios da consultoria colaborativa. Os seis estágios dessa consultoria foram efetivados na prática e foram descritos como resultados deste relato, onde as recomendações de intervenções e as próprias ações práticas, propostas pelo discentes, foram avaliadas pela equipe escolar como positiva para o melhor desempenho dos alunos na escola. Portanto, a consultoria colaborativa no âmbito do sistema educacional se faz de suma importância para um bom desempenho dos alunos da educação inclusiva.

Palavras chave: Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Educação Inclusiva

INTRODUÇÃO

É no ambiente escolar, principalmente na educação infantil, que as crianças desenvolvem as habilidades globais, descoberta do mundo fora da família, criação de outros vínculos como o da amizade, onde começa a sentir sensações que não eram sentidas. Enfim, crianças que possui uma necessidade pode ser privada de vivenciar situações tão importantes na infância que farão desenvolver no futuro, habilidade de superação e dentre outros. Com a inclusão escolar, tem-se o objetivo de ressaltar que as crianças com necessidades especiais e as outras crianças típicas, podem aprender juntas, mesmo sendo diferentes e muitas vezes por percursos diferentes (IDE, YAMAMOTO e SILVA, 2011).

No âmbito da inclusão escolar, alguns professores não se sentem preparados para atuar com crianças ditas como atípicas e pedem a intervenção de outros profissionais que tanto podem

ser da área da saúde como também na educação propriamente dita. E o profissional de Terapia Ocupacional se encontra na equipe que podem intervir na escola através de consultorias e capacitações aos professores, coordenadores e diretores, também orientações e capacitações com os pais dos alunos e de apoio de alguns estudantes com algum tipo de deficiência, que na maioria das vezes precisa de uma tecnologia assistiva, por exemplo para que a criança possa ser mais incluída, ou seja, não uma prática clínica (TREVISAN e BARBA, 2012).

Após o surgimento do termo e da efetivação da educação inclusiva, segundo Santos e Libra (2016) abordaram que houve a necessidade de serviços para qualificar e articular com a equipe do sistema educacional, as intervenções para o público da educação inclusiva com isso a entrada de profissões que não possuem, propriamente, sua gênese na educação, como por exemplo, Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos, Nutricionistas, Fisioterapeutas, prestando assim um serviço chamado de consultoria colaborativa, onde todos pensam de forma interdisciplinar. Assim, este relato visa descrever a experiência de discentes de Terapia ocupacional no processo de inclusão escolar através da consultoria colaborativa.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência das práticas desenvolvidas no módulo de Terapia Ocupacional na Educação do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas com o objetivo de descrever a experiência de discentes de Terapia ocupacional no processo de inclusão escolar através da consultoria colaborativa.

A experiência ocorreu em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado em um bairro de grande vulnerabilidade social situado na cidade de Maceió-Alagoas. O CMEI é uma unidade de ensino público que ensina crianças na faixa etária de dois a cinco anos de idade.

As práticas ocorreram uma vez por semana, no turno vespertino e a equipe de prática era composta por sete acadêmicos do terceiro ano e uma docente do curso de Terapia Ocupacional. Foram realizados dez encontros no ambiente escolar. Para a descrição deste relato foram utilizados os registros em diários de campo e registros fotográficos.

As intervenções foram baseadas no modelo de prestação de serviços de Consultoria Colaborativa (SILVA, 2018) sistematizada por seis estágios: de entrada e estabelecimento de objetivos na equipe; de identificação do problema; de recomendação das intervenções; de implementação das recomendações; de avaliação da consultoria e de *follow up*.

RESULTADOS

1- Estágio de entrada e estabelecimento de objetivos na equipe

A primeira foi o reconhecimento da CMEI e apresentação dos profissionais. Posteriormente, foi realizada uma reunião com as professoras das turmas com crianças de três e cinco anos, também estiveram presentes, a diretora, a coordenadora e a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola possuía quatro turmas no horário vespertino, em três delas haviam professora e auxiliar trabalhando em conjunto, contudo a turma formada pelos alunos de cinco anos não eram atendidos por auxiliar. Nessa sala tinha uma profissional de apoio para uma criança que possuía uma disfunção neuromotora, este cargo era ocupado por uma acadêmica de psicologia.

2- Estágio de identificação de problema;

Nesse estágio, foi realizado uma análise do contexto escolar e o levantamento das necessidades da escola. As demandas vieram primeiramente a partir das falas das professoras, na reunião realizada anteriormente. Após recolher as informações, o grupo observou o funcionamento nas salas de aula para verificar se as informações condiziam com as obtidas.

Algumas das demandas apresentadas foram: crianças que não conseguem permanecer em sala de aula; participação social reduzida das crianças autistas e/ou com suspeita; participação limitado da criança com disfunção neuromotora; dificuldade de comunicação/linguagem em algumas crianças e crianças com auto estima baixa devido a questões físicas.

3- Estágio de recomendação das intervenções

Este estágio diz respeito às pactuações das ações com os profissionais da escolas. Foi escolhido entre o grupo, construir uma apresentação em power point para apresentar para todos os professores, a diretora e a coordenadora da escola, as propostas de resoluções das demandas apresentadas por elas.

Com relação às crianças que não conseguem permanecer em sala de aula, foi proposto que dentro da sala houvesse duas estratégias, um quadro de rotinas e/ou dia do ajudante. Pois assim, não só envolveria as crianças que não permanecem em sala como também aqueles que não tomam muitas iniciativas. Para aquelas com auto estima baixa, foi sugerido dinâmicas com fantoches, nas quais as crianças criariam suas próprias histórias a partir de suas perspectivas.

Foi sugerido também mudanças nos pátios (interno e externo) para que as crianças se envolvessem mais, pois foi percebido que sua participação social na hora da recreação era a

mínima possível. Sugestões de brincadeiras como pinturas no chão, por exemplo amarelinha, balanço, pneus, basquete. Favorecendo assim uma maior integralidade na hora das brincadeiras.

Para a participação limitada da criança com disfunção neuromotora, sugeriu-se mudanças no atendimento do AEE no qual o profissional relacionasse suas atividades com os assuntos aplicados em sala de aula, garantindo assim, uma melhor autonomia para a criança. Outra sugestão foi: adaptação de mobiliário; plano inclinado e orientações para a profissional de apoio que acompanha a criança.

Quanto às questões das dificuldades na comunicação/linguagem das crianças, sugeriu-se uma parceria com uma liga acadêmica da Universidade da qual os discentes de Terapia Ocupacional faziam parte. E os alunos da liga que são do curso de fonoaudiologia poderiam junto da tutora fazer a avaliação nas crianças.

4- Estágio de implementação das recomendações

Esse estágio se relaciona com as ações que foram realizadas dentro da escola. Além de sugerirmos possíveis soluções para ajudar nas demandas apresentadas, também foi demonstrado como fazê-las. Foi realizado um circuito no horário de recreação dos alunos para que não ficassem tão dispersos. No circuito havia um túnel, cones para eles andarem em "zig zag", pneus no chão para pularem e uma corda no fim do circuito.

Também foi realizada a construção de um quadro de rotinas para a sala de três anos, o qual foi um pedido específico da professora. O quadro de rotina foi criado a partir de figuras padronizadas e "*A Turma da Mônica*" foi o tema escolhido. O quadro foi feito de isopor com papelão, usou-se velcro para colocar e retirar as imagens. Foi realizados pinturas no pátio externo da escola (amarelinhas, casinha de coelho, e atividades psicomotoras com imagens de pés e mãos), com autorização da direção.

Todas as atividades que o grupo realizava era primeiro discutido com a equipe escolar, Para mitigar o sentimento de imposição que pudesse existir entre os acadêmicos e os profissionais.

5- Estágio de avaliação da consultoria

O feedback dado pela equipe da escola para os discente foi positivo com melhora no quadro de participação das crianças no contexto recreativo e social. A colaboração entre acadêmicos e equipe escolar também foi muito elogiada.

6- Estágio de Follow up

Devido estas serem atividades curriculares obrigatórias e as mesmas são divididas por grupos, o estágio de follow up será realizado pelo próximo grupo do módulo.

DISCUSSÃO

A atuação do terapeuta Ocupacional no âmbito educacional se faz por meio da consultoria colaborativa, como já informado anteriormente. E essa se faz presente por meio do cooperativismo de todas as outras profissões que também se encontra dentro da prestação desses serviços (SANTOS e LIBRA, 2016).

O principal objetivo da Terapia Ocupacional é proporcionar um maior grau de independência e autonomia para o sujeito. Portanto, não atua somente na área da saúde funcional como também atua na educação para promover uma maior funcionalidade nas funções do dia a dia dos indivíduos com necessidades especiais (TREVISAN e BARBA, 2012). Por isso se fez importante a intervenção para acriança com dificuldade neuromotora para que houvesse uma maior autonomia e independência nas atividades por ela realizada.

Segundo Lourenço e Cid (2010), em seus estudos de revisões de trabalhos com o enfoque da terapia ocupacional no contexto educacional, que tem como objetivo principal uma promoção no desenvolvimento infantil, seja com atuações diretas com os alunos (por meio de brincadeiras de forma inclusiva), seja por meio de capacitações aos professores sobre as diferenças que podem ser encontradas no dia a dia do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da Terapia ocupacional no âmbito escolar, não é trabalhar clínica dentro da escola, é a inclusão daqueles que por qualquer que seja o motivo, não conseguem ter um bom desempenho em suas habilidades funcionais, ou seja, no ensino-aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que a Consultoria colaborativa que se faz diante da colaboração de um profissional especialista em determinado assunto e professora da sala comum, é um dos recursos que mais tem demonstrado resultados efetivos na educação inclusiva. Dessa forma, a Terapia Ocupacional vem ganhando conhecimento de seu trabalho dentro dos ambientes educacionais.

REFERÊNCIAS

IDE, M. G.; YAMAMOTO, B. T. e SILVA, C. C. B. da. Identificando possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional na inclusão escolar/Identifying possible performances of occupational therapy in school inclusion. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2011.

LOURENÇO, G.F.; CID, M.F.B. Possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na educação infantil: congruência com a proposta da educação inclusiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, n.18, vol. 2, 2010.

JURDI, A.J.; BRUNELLO, M. e HONDA, M. Terapia ocupacional e propostas de intervenção na rede pública de ensino. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, p. 26-32, 2004.

SILVA, R.A.S (Org.). **Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: Pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação**. São Paulo: FiloCzar, 2018.

SANTOS A.R. e LA LIBRA, S. Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, p.94-9, 2016.

TREVISAN, J.G. e BARBA, P.C.S.D. "Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2012.

Ações da Terapia Ocupacional frente ao processo de inclusão do público-alvo da educação especial na educação superior

Hellem da Silva Tenório

David dos Santos Calheiros

Janssen Macdowell Cavalcante da Silva

Karoline Maria de Melo Ferreira

Este estudo teve como objetivo descrever e analisar as ações de um grupo de estudantes de Terapia Ocupacional, de uma Universidade pública do Nordeste, com vista o processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial na Educação Superior. Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma perspectiva qualitativa com enfoque descritivo, relacionado a vivência nas aulas práticas do módulo de “Terapia Ocupacional na Educação” no primeiro semestre de 2019, em uma Universidade pública do Nordeste do país, escolhida por conveniência por priorizar o local de formação dos estudantes. Os dados gerados nessa experiência prática foram registados pelos acadêmicos de Terapia Ocupacional em notas, que em seguida compuseram um relatório descritivo das ações realizadas. Os dados foram tratados com apoio da análise de conteúdo. As ações implementadas trouxeram impactos positivos nos grupos que compõe a instituição, facultando um ambiente propício para a presença do diálogo e a implementação de mudanças relacionadas a garantia do direito do PAEE à educação superior. Dessa forma, conclui-se que há uma necessidade de políticas de inserção quanto ao acesso e permanência de pessoas com deficiência, de modo que o debate sobre inclusão e permanência seja cada vez mais frequente nesses espaços.

Palavras-chave: Educação Superior. Inclusão. Pessoas com Deficiência. Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Muitas áreas profissionais têm realizado estudos e aprimorado suas ações técnicas para acompanhar a realidade das pessoas com deficiência, e a terapia ocupacional é uma delas. Historicamente, essa área tem atuado com uma proposição técnica, que se vincula à compreensão e ao apoio aos modos de vida produzidos nas interfaces do cotidiano, e pode contribuir para facilitar processos emancipatórios de vida e autonomia, seja para viabilizar

acesso a um direito e participação na vida social ou para oferecimento de uma tecnologia assistiva, por exemplo (NOGUEIRA; OLIVER, 2018).

Destaca-se que a preocupação com a formação do(a) terapeuta ocupacional na perspectiva da educação inclusiva não é algo tão novo e já tem gerado pontuais adesões de orientações legais para os cursos superiores no sentido de suprir essa carência. Exemplificando isso, tem-se a Portaria 1.793/1994 (BRASIL, 1994), que avulta a necessidade de complementar os currículos de formação dos cursos de Terapia Ocupacional, com a inclusão de conteúdos que trate sobre os aspectos éticos, políticos e educacionais, no intuito de auxiliar o processo de inclusão educacional (CALHEIROS; DOUNIS, 2015).

Dessa forma, se fazia necessária na formação dos terapeutas ocupacionais, uma abordagem mais abrangente e compreensiva da complexidade que envolve o cuidado, para permitir a aquisição de conhecimento e a consequente intervenção em outros contextos sociais, sobretudo naqueles vivenciados e utilizados pela população em seus diferentes ciclos de vida. (CALHEIROS; SOUZA; DOUNIS, 2018).

Souto, Gomes e Folha (2018) apresentam como a terapia ocupacional tem se vinculado ao campo da Educação Especial, fazendo uma análise das produções que relatam a participação e prática de terapeutas ocupacionais nessa área, no período de 2003 a 2017, concluindo que: “Sendo essa intervenção eminentemente colaborativa com os professores e a equipe escolar, o terapeuta ocupacional se mostra como um potente parceiro para a implementação de práticas educacionais inclusivas”.

Quanto a inserção de terapeutas ocupacionais no campo de ações e técnicas destinadas ao Público Alvo da Educação Especial (PAEE) na Educação Superior, Nogueira e Oliver (2018), também fazem uma análise das práticas desenvolvidas na área, considerando a terapia ocupacional como um importante aliado na inclusão de pessoas com deficiência neste nível de ensino, relatando que:

A hipótese colocada é que a terapia ocupacional poderia contribuir institucionalmente junto aos Núcleos de Inclusão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), porque é uma área profissional e de conhecimento, que possibilita desenvolver e ampliar processos de participação social (NOGUEIRA; OLIVER, 2018).

Sendo assim, faz-se necessário refletir sobre o caráter inclusivo das instituições de ensino superior, para que todas as pessoas possam ter as mesmas oportunidades de progredir no ambiente acadêmico e profissional. No caso particular da pessoa com deficiência, a efetivação de seu direito em muito irá contribuir para que haja o seu empoderamento e o fim da

tutela que tão fortemente tem marcado as ações da sociedade em relação a esse grupo de pessoas (CALHEIROS; FUMES, 2011).

Dado o exposto, objetiva-se descrever e analisar as ações de um grupo de estudantes de Terapia Ocupacional, de uma Universidade pública do Nordeste, com vista o processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial na Educação Superior.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma perspectiva qualitativa com enfoque descritivo, relacionado a vivência nas aulas práticas do módulo de “Terapia Ocupacional na Educação” no primeiro semestre de 2019, em uma Universidade pública do Nordeste do país, escolhida por conveniência por priorizar o local de formação dos estudantes.

No sentido de promover o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, foram pensadas e planejadas ações iniciais que tinham potencial de contribuir para esse processo na Universidade estudada. Entre essas ações, destacam-se contacto com Pró-Reitoria Estudantil para identificar alunos com deficiência; elaboração de ficha para formalizar a identificação dos alunos com deficiência; construção de um “varal-reflexivo” nos principais pontos da universidade a fim de debater conceitos de deficiência; elaboração do Projeto de Extensão “Descortinando o debate sobre a pessoa com deficiência na Universidade” e, por fim, contou-se com uma exposição sobre a sentidos e significados da pessoa com deficiência na Educação Superior.

Os dados gerados nessa experiência prática foram registrados pelos acadêmicos de Terapia Ocupacional em notas, que em seguida compuseram um relatório descritivo das ações realizadas. Os dados foram tratados com apoio da análise de conteúdo.

RESULTADOS

Primeiramente, foi pactuado a construção de um questionário para formalizar e armazenar as demandas apresentadas por alunos com deficiência matriculados na Universidade. Posteriormente, foi construído um varal com frases e charges reflexivas, distribuído nos principais pontos da Universidade, com o intuito de gerar discussão a respeito de estereótipos criados acerca da pessoa com deficiência que, naturalmente, são reproduzidos nas esferas da sociedade.

A fim de proporcionar uma discussão em profundidade e de contribuir, em certa medida, para ressignificar o conceito da pessoa com deficiência na Universidade, desenvolveu-se durante as práticas da disciplina um Projeto de Extensão intitulado “Descortinando o debate sobre a pessoa com deficiência na Universidade”, que está em execução, e que tem levado o debate da temática para além do curso de Terapia Ocupacional. Por fim, foi organizado pelos estudantes uma exposição de imagens e vídeos no Hall da Universidade sobre as perspectivas e os desafios da educação inclusiva, que permitiu manter um diálogo mais próximo e horizontal com a comunidade acadêmica.

Através das ações desenvolvidas, os acadêmicos puderam acompanhar os esforços da instituição em atender os questionamentos apresentados, permitindo e apoiando o desenvolvimento de dispositivos que pudessem auxiliar na identificação e acompanhamento dos alunos regulares que tenham se autodeclarados no momento ou após o ingresso na Universidade.

DISCUSSÃO

Para Nogueira e Oliver (2018), é importante que os estudos sobre Educação e Deficiência estejam presentes nos currículos de terapia ocupacional, possibilitando a reflexão sobre a temática nos anos iniciais de formação, de modo que seja promovido o apoio e permanência dos estudantes nos espaços de Educação Superior, assim como objetivou-se promover na Universidade em questão neste estudo.

A partir dos dados, é possível evidenciar as contribuições da Terapia Ocupacional na Educação Superior, baseando-se nos princípios da educação inclusiva e o quanto foi nítido os subsídios que a temática proporcionou à comunidade acadêmica, reafirmando a necessidade de efetivação de ações institucionais inclusivas.

De modo particular, as ações implementadas trouxeram impactos positivos nos grupos que compõe a instituição, facultando um ambiente propício para a presença do diálogo e a implementação de mudanças relacionadas a garantia do direito do PAEE à educação superior. Além do mais, tais ações podem ter um efeito positivo na mobilização de ações institucionais permanentes que garantam o acesso, a permanência e o sucesso educacional dos universitários com deficiência na Universidade.

CONCLUSÃO

As ações propostas pela Terapia Ocupacional contribuíram para a resignação do conceito de deficiência na comunidade, de modo a proporcionar a abertura para ações institucionais inclusivas permanentes. Em face aos dados apresentados, esse trabalho também objetivou contribuir para literatura da área, de forma que seus dados e considerações acerca da temática possam contribuir para estudos futuros.

Dessa forma, conclui-se que há uma necessidade de políticas de inserção quanto ao acesso e permanência de pessoas com deficiência, de modo que o debate sobre inclusão e permanência seja cada vez mais frequente nesses espaços de formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda a formação de recursos humanos em educação especial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1994.

CALHEIROS, David dos Santos; DOUNIS, Alessandra Bonorandi. A formação do terapeuta ocupacional na perspectiva da educação inclusiva. **Educa - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 2, n. 4, p. 110-129, 2015.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza Frederico de Lourdes. O(A) Aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade de Maceió/AL. **Debates em Educação**, [s.l.], v. 3, n. 5, p.63-81, 30 jun. 2011.

CALHEIROS, David dos Santos; SOUZA, Joana Rostirolla Batista de; DOUNIS, Alessandra Bonorandi. Formação de terapeutas ocupacionais para atuar na educação: desafios e perspectivas de uma área em construção. In: SILVA, R. A. S.; BIANCHI, P. C.; CALHEIROS, D. S. (Org.). Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação. 1ed. São Paulo: **FiloCzar**, v. 1, p. 169-196, 2018.

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni; OLIVER, Fátima Corrêa. Núcleos de Acessibilidade em instituições federais brasileiras e as contribuições de terapeutas ocupacionais para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 4, p.859-882, 2018.

SOUTO, Maely Sacramento de; GOMES, Ewerlin Bruna Neves; FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos. Educação Especial e Terapia Ocupacional: Análise de Interfaces a Partir da Produção de Conhecimento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília v. 24, n. 4, p. 583-600, dez. 2018.

Experiência de discentes de Terapia Ocupacional na educação infantil: proposta de educação inclusiva nas atividades recreativas

Janssen Macdowell Cavalcante da Silva

Ana Tereza de Vasconcelos Aquino e Silva

David dos Santos Calheiros

Flavia Calheiros da Silva

Karoline Maria de Melo Ferreira

A inserção do terapeuta ocupacional passa a se constituir como um novo campo de avanço na educação inclusiva, pois o profissional irá adotar estratégias que busquem otimizar a funcionalidade, autonomia, independência e participação das crianças com deficiência. Relato de experiência de característica descritiva, realizado a partir das aulas práticas da disciplina de Terapia Ocupacional na Educação, em um Centro Municipal de Educacional Infantil (CMEI), situado na cidade de Maceió – AL, onde foram realizadas observações e acompanhamentos. Após conversas com os profissionais do CMEI, foram elaboradas atividades, orientações e discussões relacionadas ao processo de inclusão, como também brincadeiras e estratégias dentro e fora das salas de aula que favorecessem a participação efetiva dos alunos com deficiência nas atividades de recreação. Houve o despertar nos discentes para solucionar as problemáticas apresentadas no contexto escolar através do trabalho em equipe e da articulação com outros saberes. Foi possível observar que a intervenção da Terapia Ocupacional promoveu mudanças no ambiente da escola, ofertando maior possibilidade de atividades recreativas para toda comunidade escolar e colaborou na formação profissional a partir das experiências vivenciadas na prática.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Educação; Intervenção; Criança.

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Terapia Ocupacional determinam que a formação seja generalista, humanística, interdisciplinar, orientada por competências e habilidades para a tomada de decisões e que haja equilíbrio entre carga horária teórica e prática. Além disso, recomenda que as experiências práticas ocorram desde os períodos iniciais, em todos os níveis de complexidade dos serviços de saúde,

contemplando uma aprendizagem técnica, ética e com relevância social (BRASIL, 2002). Apesar da pretensão por uma formação generalista, “as DCN restringem as competências e habilidades específicas da profissão à área da saúde, apresentando limites ao se referirem às áreas da educação e social da terapia ocupacional” (NASCIMENTO, 2018, p. 4).

Com o advento da proposta de educação inclusiva, o Terapeuta ocupacional partiu por meio da atuação direta com a Educação Especial, se constituindo como um novo campo de avanço. Assim, o Terapeuta Ocupacional vai elaborar estratégias e redirecionar sua forma de trabalho de forma ampliada para a escola, professores, família e alunos (LOURENÇO; BARBOZA, 2010).

Em decorrência da contribuição do terapeuta ocupacional na educação, foi reconhecida mediante a Resolução de nº500/2018 a disciplina e especialidade da Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, que vem viabilizar suas ações e competências (COFFITO, 2018).

Portanto, a atuação da Terapia Ocupacional visa otimizar a funcionalidade, autonomia, independência e participação social de crianças com deficiência em meio às dificuldades que poderão afetar o cotidiano dessas crianças, visto que as experiências ou fatores que influenciam o curso do desenvolvimento podem ser no ambiente em que a criança está inserida, da tarefa que lhe é proposta e da forma como ela responde ou reage a este desafio, ou seja, da sua própria capacidade. (WILLRICH et al., 2009).

Assim, a terapia ocupacional no contexto educacional é desafiada a reinventar sua intervenção, visto que sua ação incidirá sobre as dificuldades e potencialidades encontradas no cotidiano escolar, buscando facilitar a construção de estratégias, alocando recursos sociais, tecnológicos, cultural e políticos (ROCHA, 2007).

Dado o exposto, este relato de experiência tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas por discentes do curso de terapia ocupacional em um Centro Municipal de Educação Infantil, para favorecer a inclusão escolar de crianças com deficiência nas atividades recreativas.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de característica descritiva, realizado a partir das aulas práticas do módulo de Terapia Ocupacional na Educação, onde participaram 7 sete acadêmicos de Terapia Ocupacional e 1 docente terapeuta ocupacional do curso de

Terapia Ocupacional, em um período de 3 meses, com encontros 1 vez por semana, no turno vespertino, totalizando 10 encontros, em um Centro Municipal de Educação Infantil, situado na cidade de Maceió, Alagoas.

Para o planejamento das atividades, que tiveram como objetivo dentre outras questões pontuadas pelos professores favorecer a inclusão escolar das crianças com deficiência durante as atividades recreativas, foram realizadas rodas de conversa entre os profissionais da escola, docente do curso e acadêmicos, além de observações dos espaços da escola e das crianças na sua rotina escolar.

Para elaboração das atividades, organizaram-se grupos de trabalhos para elaboração de recursos, jogos e brincadeiras que buscavam favorecer no cotidiano escolar, a inclusão das crianças com deficiências, principalmente durante as atividades livres no pátio da escola.

Os dados produzidos foram registrados a partir de diários de campo, relatório e registros fotográficos, é importante relatar que a escola se localiza em um bairro de vulnerabilidade social. A análise de conteúdo, especificamente a temática, foi empregada no tratamento dos dados. Para tanto, foi realizada uma leitura exaustiva dos diários de campo, a fim de fazer um delineamento dos temas importantes para o estudo. Em seguida, houve exploração dos potenciais de codificações baseadas em critérios temáticos.

RESULTADOS

As práticas foram realizadas com responsabilidade crescente dos estudantes, estruturando-se em etapas sequenciais ou sobrepostas. Inicialmente para a intervenção efetiva, foi de suma importância o vínculo com toda equipe escolar que favoreceu a realização das atividades e o acompanhamento junto à rotina da instituição. De tal maneira foi realizado uma roda de conversa com os professores, podendo evidenciar a preocupação dos profissionais no desenvolvimento escolar das crianças, visto que esse processo resulta diretamente em seu cotidiano.

Frente ao processo vivenciado e as demandas apresentadas, foram feitas observações nos momentos recreativos das crianças, onde pode-se observar que no pátio elas ficavam correndo aleatoriamente e aquelas que possuíam paralisia cerebral ou autismo brincavam individualmente, estando alheias as outras crianças.

Logo, ocorreram reuniões semanalmente onde foram elaboradas atividades, orientações e discussões relacionadas ao processo de inclusão. Quando não era possível

se encontrar presencialmente utilizava-se do aplicativo *Whatsapp* como veículo oportuno para discussão e planejamento entre os membros da equipe.

Sendo assim, foi planejado realizar brincadeiras no espaço externo, para que as crianças pudessem explorar melhor o ambiente que não estava sendo utilizado, favorecendo assim a participação e integração social entre os alunos. Além disso foi acordado com a direção da escola oportunizar através de pintura dos espaços da escola jogos, brinquedos e brincadeiras diversas.

Dentro dessas estratégias a princípio foi feito um circuito que pudesse apresentar como proposta a utilização do espaço externo. Inicialmente foi feita a articulação com as professoras, explicando os recursos que seriam utilizados e organizando a vez em que cada turma iria participar. Os recursos usados foram cones, disco de equilíbrio, pneus e um túnel, organizando os mesmos em um espaçamento que todas as crianças pudessem participar da atividade, inclusive a criança que fazia uso de uma cadeira de rodas. Durante a realização, as crianças iam acompanhando e instruindo as outras durante o percurso do circuito, explicando cada passo e incentivando que continuassem. Após esta intervenção, percebeu-se nas semanas seguintes que os profissionais da escola passaram a utilizar melhor a área externa, adicionando inclusive cestas de basquete que haviam sido sugeridas.

Em outro momento foi articulado com os profissionais da escola para serem realizadas algumas modificações no ambiente através de pinturas no pátio com brincadeiras que resultasse em uma maior participação de todos tais como: *amarelinha*, *circuito psicomotor*, *boliche*, etc.

DISCUSSÃO

Em decorrência do exposto, Cardoso e Matsukura (2012), mostra que o Terapeuta Ocupacional, é um profissional que deve estar presente entre a equipe de apoio a inclusão escolar, sendo este capaz de potencializar o processo escolar reconhecendo sua diversidade e singularidade, resultando em um facilitador da inclusão.

Tal experiência prática da disciplina de Terapia Ocupacional na Educação foi de extrema importância para os acadêmicos visando uma relação “teoria-prática-teoria”, onde foi possível desenvolver atividades em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) para favorecer a inclusão escolar de crianças com deficiência nas atividades

recreativas através de rodas de brincadeiras que visaram a participação de todas as crianças.

Foi possível então compreender as peculiaridades e desafios enfrentados dentro da educação, apresentando diversos pontos que o Terapeuta Ocupacional enquanto profissional que visa à inclusão escolar tem a contribuir. Portanto através deste espaço de discussão e vivência foi capaz de promover a aquisição de conhecimentos sobre uma área de relevância para formação do terapeuta ocupacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta experiência contribuiu para que os discentes pudessem perceber a relevância da Terapia Ocupacional em sua contribuição para inclusão escolar, ampliando sua visão e questionamento quanto ao processo de escolarização de alunos com ou sem deficiência, percebendo os impactos que se é vivenciado, assim sendo possível a criação de propostas de educação inclusiva, neste caso, nas atividades recreativas.

Apesar da curta duração da prática, foi possível observar que a intervenção da Terapia Ocupacional nos momentos recreativos possibilitou discretas mudanças no ambiente escolar, e na atuação dos profissionais, além de que esta metodologia de ensino colaborou para a construção de conceitos e experiências importantes no auxílio da formação profissional.

Por fim, foi notória a contribuição do terapeuta ocupacional nesse contexto educacional para viabilizar o processo de inclusão, visto que há uma grande necessidade nessa área. A prática resultou em uma experiência enriquecedora que proporcionou mudanças positivas através das atividades recreativas e efetivando em uma maior participação escolar, além da modificação das ações de diversos profissionais quanto os espaços e ações que compõe o cotidiano dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Conselho Nacional da Educação. *Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Terapia Ocupacional. Brasília, DF: MEC/CNE, 2002.

CARDOSO, Paula Tatiana; MATSUKURA, Thelma Simões. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-15, 2012.

COFFITO. **RESOLUÇÃO Nº 500, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 – Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências.** 2018. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LOURENÇO, GERUSA FERREIRA; CID, MARIA FERNANDA BARBOZA. Possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na educação infantil: congruência com a proposta da educação inclusiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 18, n. 2, 2010.

[NASCIMENTO, A. C. B.](#) **Os currículos de terapia ocupacional em universidades públicas do Nordeste: áreas social e educação em foco.** 2018. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Uncisal, Maceió, 2018.

ROCHA, E F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo. v. 18, n. 3, p. 122-127, 2007.

WILLRICH, A.; AZEVEDO, C. C. F. DE; FERNANDES, J. O. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. **Revista Neurociencia**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 51-56, 2009.